

FURTADO, Celso. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: _____. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 89-122.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2009.

_____. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2009.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920**. Franca: UNESP-FHDSS, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 119-265.

SUZIGAN, Wilson; CERRÓN, Ana Paula Munhoz; JÚNIOR, Antonio Carlos Diegues. Localização, inovação e aglomeração: o papel das instituições de apoio às empresas no estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 86-100, abr./jun. 2005.

SUZIGAN, Wilson et al. Inovação e conhecimento: indicadores regionalizados e aplicação a São Paulo. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 323-356, mai./ago. 2006.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. 1998. 375 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914. **RBE: Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro, v, 61, n. 3, p. 405-426, jul./set. 2007.

**Commodity Chains e Evolução dos Padrões de Mercado: O caso da Economia
Cafeeira da Zona da Mata de Minas Gerais**

Anderson Pires

Professor de História Econômica

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Resumo

Este trabalho procura analisar a evolução e organização da economia cafeeira de exportação que se desenvolveu na região da Zona da Mata de Minas Gerais a partir de duas óticas distintas mas convergentes: aquela denominada Cadeia Global de Mercadorias (Global Commodity Chains) e da Evolução do Padrão de Mercados, herdada dos trabalhos de Karl Polanyi. Seu principal objetivo é a delimitação de um novo espaço, ainda bastante subestimado pela historiografia, caracterizado regionalmente pela economia agroexportadora do café e marcado por uma forma bastante singular de constituição de mercados e da transição capitalista, exemplificando de forma importante a capacidade de formação de estruturas sócio-econômicas relativamente dinâmicas no que diz respeito à acumulação de capital no interior do país, contrastando em grande parte com uma historiografia que procura restringi-lo apenas aos grandes centros de poder político e administrativo.

Commodity Chains e Evolução dos Padrões de Mercado: O caso da Economia Cafeeira da Zona da Mata de Minas Gerais¹

Durante muito tempo, a expansão da economia agrária e da fronteira do café na Zona da Mata mineira (ali onde se concentrou a quase totalidade da produção de todo o estado de Minas), foi confundida (diríamos mesmo submetida) àqueles padrões que teriam vigorado no Vale do Paraíba fluminense. A proximidade de ambas as regiões, a analogia de suas estruturas de produção, a presença maciça do braço escravo, levaram muitos analistas a considerar que também as fases de implantação e declínio da economia cafeeira fossem iguais nas duas regiões.

Esta discussão, até certo ponto consensual entre os historiadores do café do Vale, com seus nítidos sintomas de esgotamento dos solos e declínio da produção em termos absolutos e relativos, e, por isso mesmo, não muito importante para o conhecimento da trajetória do café na região, é, ao contrário, de extrema importância quando se ultrapassa a fronteira de Minas: nela se fundamenta uma argumentação que nega qualquer dinamismo econômico decorrente da economia cafeeira, igualmente decadente, inviabilizando, mesmo, para alguns não só o processo de industrialização como a própria transição capitalista na região (MARTINS, 1980; LIMA, 1981; CANO, 1985).

É importante notar, também, que estamos falando de um produto típico de exportação em um estado que tem sido considerado por certas interpretações como um dos melhores exemplos históricos de dinamismo econômico fundamentado em uma economia agrícola de subsistência, voltada para o mercado interno em seus vetores mais importantes para sua evolução histórica. A presença de uma economia de exportação num espaço como este (e não sem razão) foi vista como uma exceção, e como tal foi considerada até muito recentemente, quando a expressão “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira”, título de importante artigo de Xavier Pedrosa (1962) sobre a região ainda poderia ser válido em seu sentido geral.

Importante lembrarmos, ainda neste sentido, que a Zona da Mata, quando inserida no território mineiro, representa apenas 5% de seu conjunto, não constituindo,

¹ Este artigo é parte de um projeto de pesquisa patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

portanto, nem mesmo sobre este aspecto, algo propriamente importante a caracterizar o que seria considerado por “Minas Gerais” pelos historiadores.

Desta forma, o discurso da decadência da economia do café, no período aqui considerado, era e tem sido particularmente conveniente àquela (imensa) parcela de nossa historiografia econômica que destaca, direta ou indiretamente, a produção de mercado interno, em particular sua capacidade de acumulação e dinamização nas regiões que lhes fossem adjacentes. Além disto, é digno de nota que entre os argumentos dos historiadores mineiros que procuravam “minimizar” o impacto da economia cafeeira no estado encontram-se vários utilizados por uma certa parcela de historiadores paulistas que, a partir de seu próprio ponto de vista, analisaram a questão: crise irreversível a partir da abolição da escravidão, a presença de relações de trabalho sem remuneração monetária, inviabilizando o surgimento de um mercado de consumo de massa e a canalização da maior parte do excedente gerado pela produção para o Rio de Janeiro, escoadouro da produção local para o mercado exterior e localização dos principais agentes comissários e bancos responsáveis pela comercialização e financiamento da produção da região (LIMA, 1981)

Neste sentido, se a industrialização em Minas Gerais não esteve vinculada à produção agrícola para o mercado exterior, seus inúmeros casos concretos (uma vez que regionais e dispersos pelo estado) estavam muito mais envolvidos com a economia agrícola de mercado interno, mais um exemplo de seu dinamismo e de sua capacidade de acumulação e diversificação de capitais, e evidenciando que a industrialização no país não esteve articulada tão fortemente ao café e outras *commodities* de exportação².

Mas, além destes pontos em comum, os historiadores da “decadência” da economia cafeeira em Minas convergiam em outro aspecto não menos revelador: sua visão era, necessariamente, *externa* àquela da própria região e, por isso mesmo, subestimaram importantes trabalhos locais, alguns propositadamente (por não seguir sua linha interpretativa predominante), outros por sua natureza tradicional e positivista, mas em vários pontos contraditórias com suas afirmações realizadas, e, *especialmente* com as fontes em que se baseavam, invariavelmente de natureza oficial, excessivamente

² O excelente trabalho de pesquisa da professora Maria Teresa Ribeiro de Oliveira vem neste sentido, e demonstra, sem sombra de dúvidas, o dinamismo das economias afirmado acima. Outros trabalhos vêm no mesmo sentido, demonstrando a extrema complexidade da economia mineira no correr da segunda metade do século XIX (Oliveira, 1991).

genéricas e muitas vezes insatisfatórias (para não dizer contraditórias) em relação a vários dos argumentos por eles levantados.

A interiorização dos centros de pós-graduação no país tem provocado inúmeros efeitos positivos sobre a organização e disponibilização das fontes em várias cidades do interior e, em muitos casos, tem ocorrido uma verdadeira reviravolta nos estudos regionais com o surgimento de novos temas, a completa mudança de perspectiva e importância de determinadas regiões e cidades e, muitas vezes, o abalo de antigas interpretações já consolidadas.

A região da Zona da Mata e a cidade que lhe serve como polo, Juiz de Fora, podem ser colocadas como um típico exemplo desta constatação. Envolve, explicitamente ou não, em um debate que a coloca desde um mero enclave agroexportador na economia mineira (MARTINS, 1980) até uma das principais regiões produtoras do mundo (PIRES, 2007), com seu centro urbano variando desde uma das principais cidades industrializadas de todo o estado (ANDRADE, 1987; GIROLETTI, 1988) até um mero mito industrial assim chamado de “Manchester Mineira” (NETO, 2008), a cidade e região têm passado nas últimas décadas por um processo de revisão historiográfica bastante intenso, em especial quando se trata da evolução e estrutura de sua economia cafeeira de exportação e quanto à verdadeira natureza de um processo de diversificação urbano industrial que marcou o município desde pelo menos os anos de 1880 (ANDRADE, 1987; GIROLETTI, 1988; MIRANDA, 1990).

Neste contexto, e com a presença de fontes muito mais próximas da realidade a ser estudada, toda a fragilidade da argumentação da decadência da produção ou da falta de dinamismo decorrente da economia cafeeira da Zona da Mata tem se descortinado. Mais ainda, toda uma nova economia de exportação, singular em seus aspectos básicos de ritmo de produção, organização social do trabalho e de financiamento de seu processo de crescimento industrial e urbano com capitais gerados endogenamente, delineando um circuito até certo ponto próprio entre o crescimento dos setores mais representativos do desenvolvimento capitalista e seu financiamento com capitais originados predominantemente com o capital cafeeiro local. Contrariamente a toda percepção predominante sobre a economia cafeeira regional da zona da mata mineira que predominava anteriormente, esta interligação não apenas permite evidenciar o dinamismo da produção cafeeira da região, quanto, principalmente delinear um circuito de acumulação de uma economia cafeeira regionalmente própria; mais que isto, levando em conta os devidos mecanismos, instrumentos e agentes financeiros, pôde-se

evidenciar a transferência de recursos do seu universo agrário de origem para o financiamento e desenvolvimento do universo urbano-industrial que viria a caracterizar a cidade de Juiz de Fora.

Deve ficar claro que o ponto de vista externo à própria região constituiu um dos principais componentes que levaram aos equívocos que marcam esta interpretação. A identificação *grosseira* dos ritmos de produção da Zona da Mata com o Rio impediu que vislumbrassem a economia local (o sul da região) como área de fronteira *pertencente ao Vale do Paraíba* e, como tal, com um processo de incorporação produtiva bastante posterior. Aliás, a própria forma de cultivo que fundamentou o sistema agrário da cafeicultura local (assim como a do Vale), reconhecido com extensivo e marcado pelo abandono das terras esgotadas e a incorporação de matas (FRAGOSO, 1983), pouco é mencionado e a própria ideia de fronteira na economia do café perde em grande parte para a interpretação sua função analítica.

Desta forma, destituem a região de um importante componente de sua identificação espacial e regional, ao menos quando inserida na distribuição e organização espacial da cafeicultura no centro sul do país no período aqui em referência: um *ritmo de produção agroexportador próprio* que, ao contrário do que afirmam, se distanciou significativamente daquele caracterizou o Rio de Janeiro no imediato pós-abolição, quando, aliás, *a região e o estado superam o Rio de Janeiro como segundo maiores produtores do Brasil* (CANO, 1985).

Os próprios historiadores mineiros, também por desconhecerem a importância do sistema agrário na definição da fronteira do café, quando observam a região (muitas vezes com uma perspectiva mais presa ao século XVIII do que propriamente ao XIX) costumam retalhar-lhe em três micro-espacos distintos (CARRARA, 1999), e não por coincidência, exatamente aqueles que reconhecidamente marcaram o desenvolvimento e a forma típicos do avanço da fronteira da economia cafeeira no Brasil (MENDONÇA, 2008, CASTRO, 1980), ou seja, *sua expansão em três tempos e três espacos distintos*: uma área de decadência ou degradação (o sul da Zona da Mata), uma área de consolidação (sua área central) e uma área de fronteira (no norte e nordeste da região). Desta maneira, e da mesma forma que os exemplos acima, *a percepção extemporânea à região acaba por retirar-lhe o que ela na verdade possui de específico* e a divisão da Mata mineira em três espacos distintos apenas desconsidera que o verdadeiro componente diferenciador de sua economia frente ao conjunto da economia mineira, aquele que lhe dá ao mesmo tempo *homogeneidade e identidade regionais* é a natureza

exportadora de sua economia, não necessariamente a estrutura desta, tão variável quanto tantas outras que se desenvolveram no país no mesmo período. Se a divisão existe e possui (como de fato possui) suas raízes no século XVIII, seguramente seu desenvolvimento histórico posterior esteve indissociavelmente vinculado à expansão do café, seguindo o padrão dos três tempos e espaços distintos, bastando para isso verificar o ano de criação dos principais municípios cafeeiros da Zona da Mata e a evolução da fronteira na região (PEDROSA, 1962).

Desta maneira, *além da mera conveniência*, não é de se estranhar que boa parte desta historiografia se apegue à visão da decadência da cafeicultura a partir do final do século XIX, já que não consideram que a produção da região (em seu conjunto) continuou em ascensão com a consolidação da região central e o início da integração da região mais ao norte e nordeste, ambos obtidos através da expansão ferroviária (BLASENHEIM, 1994). Assim, o que é visto como três regiões diferentes e estanques são, na verdade, parte de um conjunto orgânico, determinado pelo ritmo da expansão cafeeira na região, deixando atrás de si sua marca indelével na paisagem agrária e na dimensão física e espacial da economia e da sociedade da Mata mineira.

Também é importante perceber a *fragilidade dos fundamentos empíricos* do argumento, uma vez que nenhuma série de produção e exportação de café de Minas confirma a tese da decadência. Se uma tendência de redução caracteriza a série no início do século XX, ela decorre evidentemente mais da severa crise cafeeira que marcou o período do que propriamente de seu principal fator estrutural: o esgotamento dos solos, mesmo que já evidenciado em grande parte para área sul da região (PIRES, 1993; DESTRO, 2006). A utilização de relatos pessoais para a descrição da situação da lavoura cafeeira da Mata neste período (O “RELATÓRIO Carlos Prates”³ é o mais utilizado) evidentemente são mais circunstanciais e coloridos por uma *conjuntura de crise* do que um quadro definitivo do que era a cafeicultura de então. A avaliação de um secretário de estado da Agricultura na região, colendo dados dos fazendeiros, num momento em que esta sofria uma de suas piores crises de superprodução e com o estado negociando sua participação no Convenio de Taubaté, é tão tendenciosa que foi percebida na época e comentada em alguns jornais da cidade:

³ PRATES, C. *A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

“Eis aí porque os nossos agricultores pintaram com as mais carregadas cores o estado da lavoura cafeeira: para pedirem proteção e crédito, para obterem-se, esforçarem-se em fazer crer, fundados em algarismos, que a classe está falida e o provaram abundantemente! De fato, quem basear apenas nos cálculos dos srs. fazendeiros compendiados no relatório, convencer-se-á de que a lavoura da Mata está irremessivelmente perdida: acha-se em estado de insolvência.⁴”

Também os impactos do próprio Convênio de Taubaté foram substancialmente subestimados por esta historiografia. Se os preços estabelecidos pela intervenção brasileira para a rubiácea no mercado internacional tornou mais lucrativa a sua produção em países em piores condições de competitividade, como a Colômbia (que vê sua produção aumentar substancialmente depois e por causa da intervenção brasileira), o mesmo raciocínio, guardadas as devidas reservas, pode ser aplicado para algumas regiões já em estágio de degradação em todo o país. Mesmo aquelas regiões em reconhecida decadência, como o Rio de Janeiro, revê uma recuperação na produção, fosse em algum espaço ainda possível nas velhas fazendas ou pelo avanço da fronteira para o norte do estado do Rio de Janeiro (MELO, 1993). Em 1920, da área agrícola ocupada nos principais municípios da Mata cerca de 60 a 90% eram destinados ao café e sua renda bruta chegava a cerca de 80 mil contos de réis, (MINAS GERAIS, Carteira Estatística, 1929, p. 78). O mesmo pode se dizer da área de ocupação mais antiga da Mata, com municípios como Juiz de Fora mantendo, ainda em 1926, 12 milhões e meio de cafezais, ocupando uma área média de 16.666 alqueires de terra (MINAS GERAIS, Secretaria da Agricultura do Estado, 1929, p. 156).

É óbvio, sob nosso ponto de vista, que uma economia como esta, que movimentava tamanho volume de recursos decorrentes da exportação de um produto primário, em plena capacidade produtiva, devidamente delineada em seus limites espaciais e históricos, e, mais, com fortes indícios de internalização e reinversão destes recursos em um processo de crescimento urbano-industrial gerado pelo próprio produto principal, constituía, na verdade, um complexo cafeeiro localizado em território mineiro, ou um novo caso de “uma economia exportadora cafeeira” em Minas, diferenciada, portanto, de suas congêneres identificadas tipicamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

⁴ **Jornal do Commercio, 21/03/1906.**

A ideia de que Minas entre meados do século XIX e início do século XX possui uma economia exportadora própria, organizada e identificada como um “complexo agroexportador” desenvolvido em sua região produtora mais importante, a Zona da Mata, pode parecer “descabida” ou “exagerada” por muitos. Afinal, mesmo ocupando o segundo lugar da produção nacional, Minas era responsável, em média, por apenas 17 ou 18% deste total, frente à média de 70% de São Paulo (CANO, 1985). Este estado sozinho era responsável por mais de metade de todo o café consumido no mundo (CLARENCE-SMITH and TOPICK, 2005). Mas devemos lembrar aqui que a noção de que a *cafeicultura é um conceito histórico* e, como tal, fartamente utilizado como discurso das elites do estado que era considerado a “locomotiva do país” e promotor do desenvolvimento brasileiro (MENDONÇA, 2008). Neste sentido, para além da distância numérica, os outros casos de expansão e organização da economia cafeeira não podiam fazer par à contribuição histórica de São Paulo, mesmo porque aquela que tinha sido a mais importante (e que também ocupou o primado da produção mundial e do país) havia se esgotado ainda no final do século.

No entanto, as economias produtoras e exportadoras de *commodities*, ao contrário do Brasil, ainda são objeto de estudo e de importantes inovações no âmbito teórico-analítico no meio acadêmico estrangeiro, o que inclui as próprias economias centradas na exportação de café. A perspectiva da cadeia global de mercadorias (*Global Commodities Chains*) na sua tentativa de superação dos Estados Nacionais como ponto de partida de análise e a colocação dos elos que articulam os diferentes níveis pelos quais passa a *commodity* desde sua produção, comercialização interna e externa até o consumidor final é de particular importância para o nosso objetivo⁵.

A substituição da categoria “*Estado Nacional*” pela de região ou o local da produção como ponto de partida, permite uma completa re-contextualização que altera definitivamente a importância de cafeicultura de Minas Gerais dentro do país. Além disto, a percepção dos elos que articulam a produção, a distribuição interna, as exportações e o consumo -todos tidos como essencialmente dinâmicos em termos históricos- nos servirão como ferramentas essenciais de análise, uma vez que vão se constituir como os principais parâmetros de uma análise comparativa (outro pressuposto

⁵ Para um aprofundamento da análise da economia cafeeira de Minas a partir do conceito de commodity chains ver PIRES, A., 2009.

da perspectiva das *commodities chains*) da região com outras economias ou “complexos agroexportadores” de café do país.

É importante lembrar, como ressaltado anteriormente, que aqueles 5% do território mineiro, correspondem na verdade a cerca de 45.000 km², algo em torno de 70% do território do estado do Rio de Janeiro, o que quer dizer que, em termos práticos e dentro do período desta análise, *Minas teve uma área correspondente a quase um estado do Rio para a expansão de sua produção*. Talvez este aspecto explique não só a ultrapassagem do estado fluminense como segundo maior produtor do país ainda no início dos anos 1890, como também a sustentação e manutenção do crescimento da produção de Minas Gerais que acompanha o nada modesto crescimento da produção brasileira, de cerca de 400% entre o final do século XIX e o início do século XX (CANO, 1985; PIRES, 1993).

Por outro lado, a perspectiva da relação direta e contínua entre os universos local e global nos fornecem inúmeras vantagens ainda no instrumental teórico-analítico. A ausência da consideração da importância da economia cafeeira de Minas sempre esteve associada, como em parte já afirmamos, ao imenso diferencial que marca a produção de São Paulo. O desenvolvimento estonteante da produção deste estado a partir da segunda metade da década de 1890, quando começam a ser incorporadas as terras do oeste paulista, só mostrava a insignificância da produção mineira, em que pese o fato de que esta tenha mantido condições suficientes para acompanhar, como vimos, a própria produção do país. É como se o brilhantismo do crescimento da produção de São Paulo ofuscasse completamente o crescimento, também considerável, da produção de Minas Gerais e da Zona da Mata mineira.

Desta forma, se nos prendermos ao nível do Estado nacional como ponto de partida da análise, a produção mineira perde muito de seu significado e, na verdade, São Paulo possui, pela sua posição no conjunto da produção mundial, tamanha importância que, como já sugeriu um estudioso mineiro (DULCI, 1999), deveria ser considerado muito mais como uma exceção do que propriamente uma regra, levando em conta as condições e proporções de outros países e regiões fornecedores do mercado mundial.

Já na perspectiva das *commodities chains* a articulação entre o local e o global simplesmente se coloca “acima e abaixo” do âmbito do estado nacional o universo da pesquisa, permitindo que uma região seja considerada diretamente nos quadros do mercado mundial capitalista que se conformou durante todo o período desta análise, abrindo um universo muito mais amplo a ser considerado, como, por exemplo, uma

análise comparativa direta entre distintas regiões produtoras do globo, incluindo não apenas suas analogias, mas também e principalmente suas dissemelhanças.

É sob esta perspectiva que podemos vislumbrar um pouco melhor o significado e a importância da economia agroexportadora cafeeira que se desenvolveu na Zona da Mata mineira. Destituída do véu analítico extremamente útil, mas potencialmente enganador, do Estado Nacional como ponto de partida necessário e considerada como uma região própria, como São Paulo, outras são as considerações quando inserimos a região nos quadros dos principais países produtores (eles próprios, também, muitas vezes marcados por extremas diversidades regionais internas), percebemos que a Zona da Mata se constituiu como uma das mais importantes regiões produtoras de toda a América Latina, excetuando deste exame o estado de São Paulo (PIRES, 2009). Uma comparação com a produção de países inteiros, como a Colômbia, que iniciava uma ascensão que a colocaria como o segundo maior produtor de café do mundo, com o predomínio de um tipo de café bastante semelhante ao brasileiro e disputando o mesmo mercado, os Estados Unidos, percebemos que o café da zona da mata, sozinho, supera sua produção até o final da década de 1920. Mais que isso, se incluirmos os países menores, sua produção ainda é superior, o que a coloca como uma das principais produtoras de café do mundo (Id. Ib.).

Assim, a perspectiva regional comparada que nos fornece a abordagem da cadeia global da commodity cafeeira nos permite vislumbrar com muito mais clareza o verdadeiro significado histórico e importância econômica deste produto em seu potencial de geração de renda e efeitos de encadeamento que pode ter gerado não só para a região, mas também para o conjunto do estado. E isto em um período de plena consolidação de um mercado mundial de natureza capitalista que moldou em grande parte a economia internacional que vislumbramos hoje, processo no qual, inclusive, a rubiácea (como outras commodities) tomou papel fundamental (CLARENCE-SMITH; TOPICK, 2009)

Internamente, o impacto da produção e exportação de café fez que a região entrasse nos quadros da modernidade capitalista de forma bastante singular quando comparada a outras regiões do país e principalmente ao estado de Minas. As “raízes da modernidade em Minas Gerais” (PAULA, 2000), com sua dimensão territorial e diversidade regional extremas, fez com que o processo de constituição de uma sociedade de mercado no estado ocorresse de forma extremamente dispare, ou como afirmou um estudioso do estado *“linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa*

história de crescimentos desarticulados e descontínuos” (WIRTH, 1982, p. 41) talvez a afirmação de Pedrosa de que se Minas é filha do século XVIII, do apogeu do ouro, de sua urbanização única e do barroco, a zona da mata efetivamente corresponde a “...uma ruptura com o passado histórico do estado...” (PEDROSA, p. 137), filha que é, necessariamente do século XIX, da industrialização, do mercado mundial capitalista, das ferrovias e da urbanização.

Economia Agroexportadora, Efeitos de Encadeamento e a Formação de uma Sociedade de Mercado

Mas outros instrumentos de análise e referenciais teóricos podem ser utilizados, complementando aqueles já utilizados e contribuindo significativamente aos propósitos de nossos objetivos neste trabalho.

Se a perspectiva da cadeia de mercadorias nos fornece um painel geral das inter-relações entre o local/global num painel mais que suficiente para a compreensão das inúmeras economias cafeeiras de exportação, é importante lembrar que nos interessa neste momento a caracterização do universo local e regional e os elementos envolvidos com as estruturas de produção e as *relações sociais* nas quais estão inseridas. É a delimitação deste universo de produção, que denominaremos aqui com as bases produtivas da cadeia de mercadoria em questão, que nos permitiriam um avanço para o esclarecimento das articulações que esteve envolvida com as formas típicas de comercialização interna da produção cafeeira no Brasil e, portanto, da própria Zona da Mata de Minas.

Além disto, como estamos lidando com estruturas sociais de produção num momento que estão sendo substancialmente alteradas sob o comando de importantes vetores que a orientam para uma organização tipicamente capitalista, alguns componentes da antropologia econômica de Karl Polanyi (entre outros) serão utilizados, em especial *sua definição de mercado como local de troca* a noção da *evolução do padrão de mercado* (POLANYI, 1996). Para além disto, a ideia de *uma genealogia dos mercados*, já utilizados em alguns trabalhos recentes (OLIVEIRA, 2009), mesmo que a partir de outras perspectivas, também serão levadas em consideração.

As convergências teóricas destas proposições de um estudo regional e comparativo das economias de exportação de café no Brasil são evidentes. A noção de mercado como um local de trocas, ou um espaço em que as forças sociais da oferta e

demanda de produtos e mercadorias, e serviços diversos vão se delimitar *predominantemente* pode ser ferramenta importante para a compreensão histórica de economias que se expandiram, justamente, dentro de um padrão regional definido, como o caso da Mata, especialmente quando lembramos a proposição da historiografia aqui em questão de que boa parte de seu excedente econômico teria sido canalizado para outros centros de exportação.

Também a noção essencialmente (mas não exclusivamente) polanyiana da *evolução do padrão de mercado* que afirma (ao contrário do pensamento predominante) que *o mercado nacional unificado é mais uma consequência do que propriamente um pressuposto do capitalismo* (POLANYI, 1996), também converge com nossa proposta de história regional, tendo em vista que vários circuitos de acumulação de capital também se realizaram, mesmo que não exclusivamente, nos limites de algumas economias regionais, voltadas ou não para o mercado internacional, bastando que, para isso, tenham tido uma dinâmica econômica suficiente para realizar um processo importante de divisão de trabalho e diversificação econômica que permitiram que os excedentes gerados na região fossem convertidos predominantemente para os novos setores da economia, principalmente aqueles de natureza urbano-industrial, carro chefe da modernização das técnicas e formas de organização da produção tipicamente de perfil capitalista.

Gostaríamos de esclarecer aqui que a visão predominante da formação e evolução do capitalismo no Brasil com base em um mercado nacional unificado (em especial *no período anterior a 1930*) tem levado, sob nosso ponto de vista, a grandes equívocos no entendimento da formação histórica do capitalismo no país, especialmente pelo fato de as interpretações terem se concentrado excessivamente nos centros administrativos e nas *capitais* das unidades federativas, abstraindo ou praticamente *desconsiderando importantes componentes de constituição e evolução dos mercados no interior do país*, fora dos grandes centros. As historiografias do Rio e de São Paulo sempre pensaram a si próprias como “tipificadoras” e “representativas” do restante do país, cabendo ao restante fazer “meramente” história regional –uma espécie de subproduto do que julgam ser “a realidade nacional”, um auto-reflexo distorcido de si próprios e do Brasil. A combinação entre poder político e econômico, a hegemonia acadêmica e o discurso historiográfico encontra aqui uma de suas encarnações mais evidentes. Expressando uma espécie de “provincianismo das capitais”, seus historiadores nunca fazem história regional (em método, conteúdo ou concepção),

fazem, por assim dizer, “história nacional”. Talvez o Nordeste, com toda importância que possuiu na evolução histórica do país, seja o principal representante desta situação.

Apenas agora, exatamente neste momento de interiorização das Universidades, como afirmamos, é que vem sendo qualificadas várias das proposições da *perspectiva das capitais* fundamentadas em uma *historiografia de cunho reconhecidamente regional* e com sólidas bases em fontes empíricas que a primeira, por sua própria natureza metodológica de abstração e generalização de seus modelos e formas de evolução, neste caso, dos padrões de uma economia de mercado, não levou (nem levará) em consideração.

É certo que inúmeros estudos sobre a formação específica do capitalismo no Brasil, a partir de uma economia estruturada na forma de um sistema de organização social escravista, têm colocado (reconhecidamente ou não) a noção de mercado como instrumento central de suas conclusões. Mas também é evidente que estes estudos se concentraram (mesmo que com várias exceções, hoje cada vez mais numerosas) no aspecto da transformação das relações sociais que permeavam o processo produtivo, sendo o mercado em massa de consumo de produtos meramente o resultado das formas concretas que estas relações assumiram, importantes, de qualquer forma, porque deram a devida sustentação aos distintos processos de industrialização que ocorreram no país.

As Economias Regionais de Exportação de Café no Brasil: Uma proposição de Análise a partir das Cadeias de Mercadorias

Tentaremos a partir de agora realizar uma análise bastante introdutória das economias de exportação de café no Brasil, tomadas em seu conjunto, a partir do arsenal teórico-analítico disponibilizado pela abordagem das “*Global Commodity Chains*”. Desnecessário dizer que o espaço e tempo que dispomos neste trabalho inviabilizam um exame mais aprofundado para tamanha tarefa, *limitando esta análise, que fique claro, a meras proposições e sugestões*, muitas a serem confirmadas por pesquisas mais sólidas. Tamanha tarefa, obviamente só pode ser devidamente realizada com a contribuição de outros pesquisadores, envolvendo tempo e esforço conjuntos e interdisciplinares que até agora só estão em fase incipiente; na verdade, esta proposta constitui apenas *o esboço de uma interpretação ainda extremamente superficial, nada mais*.

Como nosso objetivo é a inserção da região da Mata mineira no conjunto do espaço em que se desenvolveu a cafeicultura no país no período aqui em questão

(basicamente aquele que se estende de 1850 a 1930), tomaremos como referência não só alguns aspectos *gerais* envolvidos com as estruturas sociais de produção e outros, não menos generalizados, que caracterizaram as formas de comercialização e distribuição interna das distintas regiões produtoras.

Antes de qualquer coisa, outro esclarecimento importante: as economias de exportação de café são tomadas como regionalmente delimitadas como um pressuposto de análise não apenas pela filiação à ótica da abordagem das cadeias de mercadorias, mas devido à *imposição da realidade*, da forma em que se deu a expansão da cultura cafeeira nestes quase cem anos que englobam nosso objeto. Processo extremamente complexo e dinâmico, fundamentado em seu sistema de uso do solo que pressupunha o avanço de uma fronteira agrícola que perpassou o território de várias províncias do Império e estados da federação, além de distintas configurações ambientais, o avanço da produção cafeeira no país implicava, em termos gerais, como nos lembra Antônio Barros de Castro (1980) em três momentos distintos não só no tempo como no espaço: um período de implantação, um de maturação e apogeu e um outro de declínio e decadência. Além disto, se esta distinção serve para caracterizar uma região específica (como São Paulo, por exemplo) também serve para delinear, mesmo que grosseiramente, o conjunto do espaço e que se desenvolveu a cafeicultura em nosso período, marcada pela sucessão dos três principais regiões e estados produtores, seja no primado ou como segundo maiores produtores do Brasil.

Além disto, deve-se reconhecer que boa parte do processo de expansão cafeeira coincidiu com o início e a conclusão da crise do sistema escravista de produção e pelo início da expansão e consolidação do capitalismo, que vários autores (aliás corretamente), remontam ao conjunto das transformações estruturais e institucionais que marcaram o período em torno de 1850 e culmina finalmente com a abolição em 1888, marco indelével do avanço das condições capitalistas destas economias e vetor fundamental na delimitação das formas futuras de constituição de uma sociedade fundamentada em mercados.

É daqui que podemos já balizar um importante parâmetro comparativo entre as regiões produtoras de café em questão: se a forma de expansão do cultivo implicava, necessariamente, em distintos momentos do “ciclo cafeeiro” (implantação, maturação e declínio), tanto dentro como no conjunto das regiões produtoras, o momento do ciclo cafeeiro em que ocorre a abolição da escravidão, com suas distintas possibilidades de

dinamização econômica, se constituirá no mais importante vetor da forma em que ocorrerá a evolução dos mercados e ritmo de maturação do capitalismo.

Estes argumentos, que podem ser considerados óbvios por muitos, altera completamente o quadro e a percepção das condições objetivas da economia cafeeira da Mata de Minas quando da constituição e evolução de mercados de natureza capitalista – uma vez mercantilizados terra, trabalho e capital e (ao menos potencialmente) formadores de preços a partir de suas próprias forças sociais de oferta e demanda de bens, insumos e serviços. A ausência da convergência de preços em relação às “mercadorias fictícias” ou os distintos impactos da política macroeconômica entre as três regiões aqui consideradas já foram suficientemente destacados pela historiografia, indicando nitidamente o contorno regional destes mercados, restando a esta análise um maior aprofundamento da genealogia e da evolução dos padrões de mercado na Zona da Mata de Minas Gerais.

Efeitos de Encadeamento, Diversificação Econômica e Genealogia dos Mercados: um exame sobre o mercado financeiro na Zona da Mata mineira

Se a percepção generalizada das regiões produtoras do café deixa Minas Gerais e a Zona da Mata em uma posição intermediária no quadro geral da evolução da produção e exportação de café no Brasil, convém explicitar, inicialmente, os fatores que determinaram esta situação. Localizada no sudeste de Minas Gerais, limítrofe do estado Rio de Janeiro, a Zona da Mata se colocou, em um primeiro momento como uma fronteira no avanço da cafeicultura do estado vizinho. Por isso, sua produção entra em decadência em um período bastante posterior àquele do Vale do Paraíba, em torno do final da primeira guerra mundial e da década de 1920 (DESTRO, 2006). Além disto, se considerarmos o avanço da cultura da rubiácea em três tempos e três espaços distintos em seu próprio interior, percebemos nitidamente, pela evolução dos principais municípios produtores, uma divisão interna também em três áreas distintas: o sul, onde se encontra seu polo urbano de referência e capital regional, Juiz de Fora, manteve o papel de hegemonia desde o início do cultivo na região, em torno da década de 1850, até mais ou menos os anos de 1880 e 1890; o centro, onde se encontra importantes municípios produtores como Muriaé que assume a hegemonia em torno destes anos até o início do século XX, e o norte/nordeste, onde se destacaram municípios como Manhuaçu, que, por sua vez, tomaram a posição de liderança a partir deste período até o

final dos anos 1930 e mesmo depois. A expansão da rede ferroviária pela região, iniciada ainda nos anos de 1860 e 1870 permitiu o avanço regular e concomitante da fronteira agrícola no interior do território matense (BLASEHEIM, 1994).

Foi assim que, quando ocorre a abolição da escravidão e as relações de trabalho implicaram em alguma remuneração monetária, os recursos gerados pelas exportações dinamizaram a economia no pós abolição, permitindo uma diversificação econômica extremamente significativa, em especial pelos efeitos de encadeamento prospectivos e retrospectivos que gerou. Ao mesmo tempo, a expansão ferroviária e o crescimento da produção da região que propiciou iam criando inúmeros centros urbanos de maior ou menor significado, de tal forma que já no início de século XX temos uma rede urbana relativamente articulada entre si e fortemente marcada por uma hierarquização que paulatinamente colocava Juiz de Fora como seu núcleo mais importante.

Caracterizados os aspectos básicos da evolução da produção da região são suas relações de comercialização e distribuição que tomam a primazia neste exame. Localizada em um território interiorano e destituído de um porto próprio de exportação, foi o Rio de Janeiro o principal porto responsável pelo escoamento do café originado na Mata para o mercado mundial. Aqui, encontramos de imediato uma contradição que irá determinar, definitivamente, todo o padrão de evolução econômica da região como um todo, além de possibilitar uma de suas especificidades mais importantes: a morfologia própria que assumiu o capital comercial bem como as importantes funções que desempenhava no interior de uma economia que ia gradualmente se constituindo e organizando em torno de distintas formas de mercado (dada a fase transitória do capitalismo) e de sua delimitação como economia produtora de café com um perfil próprio quando comparada aos seus pares.

Este aspecto é de fundamental importância, uma vez que, como previsto na teoria da cadeia de mercadorias, cada fase de constituição desta cadeia era constituída por agentes e agrupamentos sociais com distintas forças de poder e influência, determinando a retenção de maior ou menor parte dos lucros gerados no processo de acumulação de capital típico da produção de café.

Neste sentido, entre os três casos aqui em referência há uma nítida diferenciação, a tal ponto que se utilizássemos o termo *morfologias do capital comercial*, não nos afastaríamos muito da realidade.

Em um trabalho hoje clássico, Flávio Saes (1986) mostra como se deu a organização e atuação do capital comercial associado à exportação de café em São

Paulo, segundo o autor, significativamente diferente do modelo “clássico” dos comissários do Rio de Janeiro. No caso paulista, teria havido uma separação entre o núcleo urbano de referência (a cidade de São Paulo) e o centro que concentrava as funções de comercialização e exportação de café (a cidade de Santos), situação que teria provocado, inclusive, inúmeras disputas entre ambas as cidades. Como consequência desta distinção, a força política e poder econômico dos agentes sociais envolvidos (os comissários) teriam sido muito menores que aquele presente no Rio de Janeiro, onde havia um predomínio absoluto destes sobre os fazendeiros de café, devido sua atuação como agentes de financiamento e comercialização e um pesado encargo de juros de empréstimos e lucros de comercialização que os tornavam um dos agentes mais privilegiados na distribuição e retenção dos recursos gerados na produção. No caso de São Paulo este poder era muito menor, cabendo aos exportadores (invariavelmente casas estrangeiras) um papel de destaque. De qualquer forma, para nossos interesses aqui, os recursos da atividade cafeeira era retida no próprio espaço em se definia sua economia de exportação, permitindo que os efeitos de encadeamento gerados pela produção e recursos do café ficassem retidos no próprio estado.

A situação da Zona da Mata é neste sentido, completamente diferente. Destituída de um canal direto de comercialização externa e colocando os comissários do Rio como principais comerciantes do café da região, com os benefícios que dispunham na distribuição dos recursos no conjunto da cadeia, teria sido este estado o principal beneficiário da produção cafeeira da região, sobrando muito pouco (como enfatiza a historiografia aqui em questão) para que houvesse efeitos de encadeamentos significativos na Zona da Mata. Aqui, como se pode notar, a ausência de uma estrutura de comercialização externa e dos agentes sociais com ela identificados, teria inviabilizado qualquer atuação mais “benéfica” por parte deste segmento fundamental destas economias e da diversificação de investimentos que ele potencialmente implicava (bancos, indústrias, ferrovias, serviços urbanos entre tantos outros). Em outras palavras, o que significava uma mera transferência de recursos *inter-setorial* nas economias do Rio e São Paulo, representava, para a cafeicultura mineira uma *transferência inter-regional* destes mesmos recursos.

No entanto, há várias qualificações que podem ser feitas a esta argumentação. Em primeiro lugar, com já afirmamos, há um nítido exagero do “predomínio do capital comercial” na cafeicultura tanto do Rio quanto de Minas Gerais (SWEIGART, 1980).

A situação de endividamento constante dos fazendeiros com os comissários foi confundida com uma situação de insolvência contínua por parte destes, o que, como mostram estudos mais recentes, não correspondia à realidade. Muitos eram os que pagavam, a contento, o financiamento e suas dívidas com os comissários e a presença de saldos monetários a favor dos fazendeiros era tão comum que talvez correspondam muito mais a regra do que propriamente à exceção, *ao menos no que se trata do caso específico da Zona da Mata.*

Além disto, por não levarem em conta a complexidade e dinamismo destas economias de exportação, deve ser lembrado que a crise da cafeicultura fluminense (também bem mais tardia do que supõe determinados estudos), implicou também numa gradual, mas irreversível decadência dos comissários do Rio de Janeiro, cujo resultado foi praticamente o seu desaparecimento como agentes intermediários entre os fazendeiros e as casas exportadoras, predominando a partir daí o contato direto entre fazendeiros e as inúmeras casas filiais ou de representação que estabeleceram no interior, não apenas em Juiz de Fora, mas em outros importantes centros produtores da Mata.

Ao mesmo tempo, como a cafeicultura local mantinha condições bastante favoráveis para a expansão do cultivo, houve uma importante evolução do setor comercial nestes centros, particularmente Juiz de Fora. Desde, pelo menos, o segundo quinquênio da década de 1880 a cidade assistiu a um grande crescimento em seu setor comercial, mas como o café ainda era predominantemente canalizado para o Rio através de casas exportadoras e alguns poucos comissários sobreviventes, sua estrutura comercial é marcadamente fundamentada em função do mercado interno, e como centro comercial que era de toda a região, com o surgimento de grandes estabelecimentos de atacado, para além de um sem número de unidades do pequeno comércio a varejo. Firms atacadistas de ferragens, refinação e moagem, tecidos e principalmente *alimentos e outros produtos de subsistência* marcavam nitidamente a estrutura comercial da cidade. Ao contrário dos grandes centros de produção e comercialização de café, Juiz de Fora jamais conheceu grandes firmas de comissárias de café (exceto algumas poucas inauguradas na década de 1890) e *foi o comércio voltado para o consumo interno o perfil predominante da estrutura comercial local.* Mais que isto (mesmo que este aspecto não a afaste tanto dos mesmos grandes centros de comercialização) esta forma relativamente específica de estruturação do capital comercial tomou um papel fundamental na industrialização do município (a mais

importante do estado de Minas até o final da década de 1920) surgindo daí inúmeros investimentos em diversos setores industriais (fossem os têxteis, alimentos industrializados como massas e bebidas, e mesmo no setor de mecânica e metalurgia).

A partir deste período, ainda em torno das décadas de 1880/90 e 1900, houve uma gradual substituição da provisão das fazendas locais pelo próprio capital comercial da cidade, afastando as firmas presentes no Rio de Janeiro como fornecedores predominantes, o que pode ser estendido, inclusive, para *algumas firmas de importação* de máquinas, insumos ou matérias-primas, que a cidade distribuía não só para a Zona da Mata como também para outras regiões do estado de Minas. A evolução e constituição do padrão de mercado predominante no país, ainda essencialmente regionalizados em toda República Velha, começa a ter, também na zona cafeeira da Zona da Mata, um importante exemplo a ser investigado, especialmente se levarmos em conta sua natureza essencialmente interiorana, distanciada tanto de um porto de escoamento para o mercado internacional, como das capitais que serviriam de estereótipos estreitos para o entendimento do surgimento do capitalismo no Brasil. Por outro lado, um importante canal de evasão de recursos para outros espaços econômicos foi gradualmente vedado, se colocando como um importante mecanismo de retenção e endogeneização do processo acumulação de capital no próprio espaço definido como Mata Mineira.

A Mercantilização do Capital: Gênese e Evolução de um Mercado e de um Sistema Financeiro Regionais

Mas, talvez, o principal componente representativo da internalização dos fluxos de recursos gerados na cafeicultura e sua reaplicação em um processo de acumulação de capital na região seja a emergência de um sistema financeiro próprio no interior da economia agroexportadora da Mata. Aqui encontramos, desde meados do século XIX, espaços importantes de inversão de excedentes gerados na cafeicultura, por exemplo, pela atuação de emprestadores individuais no mercado de hipotecas (erroneamente considerados como meros agiotas por parte de boa parte da historiografia financeira), empréstimos realizados muitas vezes para negociação de imóveis e fazendas, mas onde a presença de recursos monetários também não esteve ausente. Além disto, a grande maioria dos casos a origem e o destino dos recursos se encontram no mesmo espaço econômico. Do ponto de vista dos tomadores de recursos não deixava de ser vantagem assumir empréstimos com os provedores locais, uma vez que, como estamos lidando

com mercados ainda não completamente capitalistas, muitas vezes as formas de transmissão de informações (essencial nos mercados que lidam com o fluxo de recursos no tempo) eram essencialmente personalizados, predominando relações como amizade, parentesco e outras, mas que, em nossa opinião, não se reduzem necessariamente às redes de negócios (hoje tão em voga) em especial quando se limitam às relações de parentesco. A personalização dos canais de transmissão de informações era uma forma importante de redução dos custos de transação e absolutamente mais eficiente em uma comunidade relativamente pequena em que a *reputação*, definida como a forma de avaliação e percepção pública do indivíduo, vai predominar muito mais do que propriamente as relações de parentesco entre pessoas que habitavam (ou não) o município (MULDREW, 1999). Dependendo desta avaliação, as taxas de juros (supostamente usurárias) caíam a níveis bastante acessíveis, em especial quando estamos lidando com grandes fazendeiros de café, comerciantes ou mesmo industriais, tornando o empréstimo resgatável e permitindo sua continuidade fosse qual fosse o destino dos recursos assumidos.

Do ponto de vista do credor, talvez fosse mais importante a segurança do pagamento do empréstimo, mesmo que devidamente caucionada, o que lhe era fornecido também pela reputação do devedor no interior da comunidade. Desta forma, o mercado hipotecário teve nos agentes individuais de crédito o seu componente mais importante, mesmo depois da abertura de bancos e outras instituições provedoras de recursos de longo prazo. Além disto, a reputação e a personalização dos canais de informação permitiam o contato pessoal e direto entre provedores e credores, o que, muitas vezes, representou uma importante forma de viabilizar empréstimos diretos do setor agrário de exportação para indústrias específicas, invariavelmente com a função de investimentos por parte destas empresas e, muitas vezes, permitindo seu devido crescimento e reprodução enquanto tal.

Mas são os bancos, de uma forma geral, que merecem destaque nesta análise, assim como a sua participação no crescimento industrial do município. É a partir de 1887, quando foi fundado o Banco Mercantil e Territorial de Minas Gerais, em plena fase de interiorização do sistema bancário do país pelo estímulo formado pela conjuntura do Encilhamento, que a cidade começa a testemunhar a formação e algumas vezes a falência de instituições bancárias. O próprio Banco Territorial e Mercantil, através de sua agência do Rio de Janeiro acabara por se envolver de forma tal com a especulação bursátil dos anos de 1891 e 1892 que teve uma falência estrondosa ainda

nos anos de 1892 e 1893. Seguiu a ele uma experiência bem mais segura e duradoura, quando em fins de 1888 foi inaugurado o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, de importância ímpar na cidade pelo grande predomínio que exerceu nas atividades desta natureza e particular penetração na economia de toda a região. Inaugurado como um banco de crédito real, suas primeiras funções estavam envolvidas com empréstimos hipotecários realizados com recursos fornecidos pelo governo federal, mas logo em 1891 lhe é fornecido o direito de realizar empréstimos comerciais de curto prazo, principalmente em conta corrente e desconto de letras e títulos de curto prazo (CROCE, 2008).

Para além dos benefícios fornecidos pela abertura de qualquer estabelecimento bancário (como a função de multiplicador dos meios de pagamento) a função de descontos de letras e empréstimos em conta corrente foi de particular importância para a industrialização do município que tinha exatamente na retenção de lucros a sua principal forma de acumulação e crescimento. No contexto de uma economia ainda marcada em grande parte por suas características pré-capitalistas, além das várias políticas monetárias restritivas no âmbito macroeconômico, a escassez de recursos monetários era uma preocupação corrente e o banco, ao realizar a atividade do desconto provia exatamente a liquidez que os portadores destes títulos necessitavam para não apenas continuar seus negócios, como também para permitir que seus lucros retidos fossem reaplicados na ampliação da produção. O mesmo raciocínio obviamente pode servir para as atividades comerciais e outras.

A industrialização de Juiz de Fora, extremamente subestimada pela historiografia, possui suas especificidades, entre elas, se destacando um porte relativamente médio ou pequeno quando se compara com as grandes indústrias das capitais (talvez excetuando o setor têxtil). No entanto, com o passar dos anos o processo foi se tornando tão vigoroso que chegou a estimular *o surgimento de outros setores que tinham na própria indústria seus principais consumidores*. Além disto, esta diversificação industrial ocorreu exatamente no mesmo momento que a “indústria nacional” (Rio e São Paulo) o experimentava, ou seja, após a Primeira Guerra Mundial e principalmente os anos 1920. Neste momento encontramos no município a fundação de inúmeras indústrias no setor intermediário, em especial embalagens, papel e papelão, além de algumas indústrias mecânicas que, originadas anteriormente, começam a produzir máquinas industriais.

Mas a genealogia do mercado de capitais na região permitiu uma complexidade muito maior na oportunidade de investimentos, em especial no mercado de títulos industriais, especialmente ações e debêntures. Também aqui, a participação do capital agrário de origem agroexportadora tem um papel essencial. Desde o período do Encilhamento que encontramos ações e títulos de empresas do próprio município (anteriormente predominando em muitos casos aquelas presentes no Rio de Janeiro), além de um nítido predomínio de títulos da dívida pública. Nesse caso, o portfólio de alguns fazendeiros demonstra nitidamente a presença de ações e títulos lançados na praça local e que foram realizados na mesma praça, sendo difícil encontrar empresas com negociações regulares na Bolsa do Rio de Janeiro (exceto as ações do Banco de Crédito Real e da Companhia Mineira de eletricidade).

Quando verificamos os dados a partir do universo das empresas percebemos a importância do lançamento destes títulos, quase todos envolvidos com projetos de expansão das empresas ou como forma de alongamento de débitos. Em todos os casos verificados a realização destes ativos, ou seja, sua conversão em moeda sonante ocorreu na própria cidade, *indicando nitidamente a presença de um mercado primário e informal de capitais no município*, o que coloca em dúvida a importância das bolsas de valores, especialmente a do Rio de Janeiro, como o principal mercado de transação deste tipo de ativos financeiros.

Conclusão

Quando associamos fatores como a existência de dinamização econômica a partir das exportações de um produto de exportação, a diversificação econômica interna em diversos setores tão importantes como o comércio por atacado, companhias de serviços públicos, bancos e empresas industriais em seus diversos setores, compreendemos que a região da Zona da Mata internalizou boa parte de suas condições de acumulação de capital, a partir da constituição gradual, mas contínua, de mercados para bens, serviços e ativos financeiros que se destinavam a investimentos diversos com a origem e o destino dos recursos originando-se predominantemente no próprio espaço em que se desenvolveu uma das regiões mais importantes de produção de café da América latina, percebemos que esta região foi na verdade, pelas suas especificidades, uma das principais bases de produção da cadeia da mercadoria baseada nas exportações de café que se desenvolveram no país. A internalização de seus fluxos de recursos representa nada mais nada menos que do que uma forma específica da genealogia dos

diversos tipos de mercados que vão se delimitar regionalmente, permitindo que o processo de acumulação de capitais se realizasse predominantemente nos espaços da própria região, sendo ela própria, ainda por suas especificidades e limites, particularmente importante porque demonstra nitidamente o potencial de internalização da constituição do capitalismo no Brasil, o que deve ser provavelmente confirmado se avançarmos nos estudos da história regional do país, com toda a complexidade que estas regiões vão representar.

Referências:

- ANDRADE, S.B. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.
- BLASENHEIM, P. *Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais*. *Journal of Latin America Studies*. Cambridge University Press, 26, 347-374, 1994.
- CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n° 2, p. 291-306, 1985.
- CARRARA, A.A. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.
- CASTRO, A.B. *A industrialização descentralizada no Brasil*. In: *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Forense Universitária, São Paulo, 1980.
- CROCE, M. *O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898)*. Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2008.
- CLARENCE-SMITH, W.G.; TOPICK, S. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- DESTRO, J. *A transição da agricultura para a pecuária em Juiz de Fora 1896-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 2006.
- DULCI, O. S. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
- FRAGOSO, J.L. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul 1890-1920*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.
- GIROLETTI, D. *A industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.
- LIMA, J.H. *Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- MINAS GERAIS, Carteira Estatística. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- MINAS GERAIS, Secretaria da Agricultura do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- MARTINS, R. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.

- MIRANDA, S.R. (1990). *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1990.
- MULDREW, C. *The Economy of Obligation: the culture of Credit and Social Relations in Early Modern England*. New York, Palgrave, 1998.
- NETO, E. *O mito e (re)invenção da “Manchester Mineira”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFJF, Juiz de Fora, 2008.
- OLIVEIRA, M.T.R. (1991). *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906*. PhD. Thesis, University College, London.
- PAULA, J. A. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte Ed. Autentica, 2000.
- PEDROSA, M.X. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 9, p. 189-230, 1962.
- PIRES, A. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1993.
- _____. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira 1850-1930. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 9, n° 1, p. 5-47, 2007
- PRATES, C. *A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.
- SAES, F. (1986). **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. Hucitec, São Paulo.
- SWEIGART, J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas.
- WIRTH, J. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.